

Presidente assume gravidade da crise

Fernando Henrique alerta para tempos difíceis e admite sacrifícios em 99

Governo exige que estados e municípios cortem gastos para evitar aumento de imposto

O presidente Fernando Henrique escolheu a hora, a plateia e cada palavra do discurso que fez ontem com o objetivo de falar claramente das dificuldades econômicas que o País terá em 99. A dez dias da eleição, o Presidente apresentou um cenário econômico gravíssimo e fez questão de prevenir o País de que as medidas a serem adotadas serão muito amargas.

O discurso, escrito a quatro mãos pelo presidente Fernando Henrique e pelo ministro Pedro Malan, foi dirigido ao público interno e também externo. Ao eleitor, advertindo-o da gravidade da crise, para não ser acusado mais tarde de traição (para não repetir o Cruzado II, que foi anunciado em meio às comemorações do resultado eleitoral de 88); aos estados e municípios, pedindo colaboração na tarefa de contenção do déficit público, aos Poderes Legislativo e Judiciário, para que façam a sua parte nesse esforço, e ao exterior.

O ministro Pedro Malan, que embarca neste final de semana para Washington onde participará de reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI), vai apresentar lá os compromissos assumidos aqui pelo Presidente. É uma tentativa do Governo brasileiro de adotar providências internas que são pré-condição para a esperada ajuda externa ao País.

Os compromissos assumidos são: obter superávits crescentes nas contas públicas; criar mecanismos legais para cancelar automaticamente despesas para evitar que elas ultrapassem as previsões orçamentárias; aumentar a receita mediante combate à sonegação e aumento do número dos que pagam impostos e, em último caso, se as medidas adotadas não forem suficientes, será proposto aumento de impostos.

O discurso do Presidente ganhou força por ter sido feito às vésperas da eleição e pela contundência com que conclamou outros Poderes, o Legislativo e o Judiciário, além dos estados e municípios a participarem do mesmo programa. "Precisamos fazer o Estado viver dentro de seus limites", disse o Presidente, acrescentando que esse processo deverá ser obtido "de forma rápida, decisiva e definitiva". O ajuste, disse o Presidente, tem que ser um projeto nacional.

Para isso, ele se comprometeu a enviar ao Congresso ainda este ano a proposta de reforma tributária e projetos de regulamentação da reforma administrativa - as leis que faltam para permitir a demissão de funcionários públicos por excesso de quadros.

Para alguns assessores do Palácio do Planalto, este foi o discurso

mais importante feito pelo presidente Fernando Henrique e significou "um diálogo franco" com o eleitor. Como uma precaução do tipo "que não digam depois que eu não avisei". Para se ter uma idéia do grau do aperto, um importante auxiliar do Presidente afirmou: "As reformas da Previdência e tributária, diante do que está por vir, são apenas um detalhe". Para dar tom solene aos compromissos, o Palácio do Planalto convidou todos os ministros para ouvirem o discurso.

Há uma semana o presidente Fernando Henrique tomou a decisão de fazer este pronunciamento à Nação. Em reuniões com o ministro Pedro Malan, ele foi definindo o tom do discurso - o que chegou a ser discutido na reunião com os presidentes do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e o da Câmara, Michel Temer.

Até porque, o Presidente queria obter ali o apoio dos dois para tocar o mais rapidamente possível no Congresso as votações das reformas que ainda estão pendentes. Só na noite de terça-feira o Presidente comunicou aos comandantes de sua campanha a decisão de fazer o pronunciamento. Houve quem considerasse o momento inconveniente para assuntos tão graves, mas prevaleceu o ponto de vista dos comandantes da economia, como o ministro Pedro Malan.

O resultado, no entanto, agradeceu aos organizadores da campanha da reeleição. Tanto que o programa político de hoje será basicamente a apresentação de trechos do discurso de ontem.

**CRISTIANA LÔBO e
MARCIA GOMES**

Repórteres do Jornal de Brasília

Geraldo Magela



CLÁUDIA Costin: redução de custeio e de investimento